ÍTALO MENEZES DE CASTRO

**Contraditório e efetividade:
análise da vedação à decisão-surpresa no processo civil brasileiro
e sua compatibilidade com o processo do trabalho**

Dissertação de Mestrado
Orientador: Prof. Associado Dr. Enoque Ribeiro dos Santos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

ÍTALO MENEZES DE CASTRO

**Contraditório e efetividade:
análise da vedação à decisão-surpresa no processo civil brasileiro
e sua compatibilidade com o processo do trabalho**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Enoque Ribeiro dos Santos.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

**Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**

CASTRO, Ítalo Menezes de

Contraditório e efetividade: análise da vedação à decisão-surpresa no processo civil brasileiro e sua compatibilidade com o processo do trabalho / Ítalo Menezes de Castro. – São Paulo, 2019. 163 p. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Enoque Ribeiro dos Santos.

1. Contraditório. 2. Efetividade do processo. 3. Decisão-surpresa. 4. Processo do trabalho. 5. Princípio da proporcionalidade. I. Santos, Enoque Ribeiro dos, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Representando a gratidão virtude humana das mais elevadas, o seu exercício, por meio do ato de agradecimento, é permeado pelo fustigante desafio de se reconhecer – sem esquecimentos daninhos – o contributo de todos aqueles que de alguma forma atuaram em nosso favor.

Assim, ao depositar esta pesquisa acadêmica, sinto-me compelido a manifestar os meus mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que me auxiliaram na realização e concretização desse intento.

Primeiramente, agradeço a DEUS – princípio e sede de toda a sabedoria – pela capacidade de conhecer, como reflexo do dom da vida, por meio da qual permite ao ser humano, no reto uso de suas faculdades racionais, construir pontes para o alcance da verdade.

À minha esposa e eterna namorada, LÍVIA, pelo amor verdadeiro e companheirismo fiel, expressos na realizadora convivência do dia a dia e no cuidado diligente em proporcionar as condições necessárias para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional. Sem sua dedicação, sua compreensão e seu brio nos inúmeros momentos solitários – e nas noites em claro no cuidado das crianças –, nada disso se teria tornado realidade.

Aos meus filhos, JOÃO PEDRO, ANA (*in memoriam*) e RAFAEL, sublimes manifestações do amor e da bondade divina, por me motivarem cotidianamente a tudo fazer dando sempre o melhor de mim e por me lembrarem dos tons coloridos e alegres presentes na grande obra de arte que é a vida.

Ao meu pai, WALTER, pelo esforço desmedido em me proporcionar uma educação de qualidade e pelo vibrante entusiasmo com todas as minhas conquistas.

À minha mãe, GRACINHA, pela solidez dos valores transmitidos no lar e pela entronização e afirmação da leitura e do estudo como caminhos seguros para o crescimento na virtude.

Ao meu irmão, FELIPE (*in memoriam*), pelos inúmeros momentos de convivência alegre e riso fácil, bem como pelo exemplo indelével de firmeza e resiliência no enfrentamento das vicissitudes da vida.

Ao meu orientador, Prof. ENOQUE RIBEIRO DOS SANTOS, pela incomensurável oportunidade de desenvolver meus estudos em uma das mais renomadas e tradicionais universidades do país, assim como por sua acolhida afetuosa e atenção dedicada durante todo o percurso desta pesquisa. Seus incontáveis e valiosos ensinamentos – extensivo a todos os professores da Faculdade de Direito da USP, especialmente, aos do Departamento de Direito do Trabalho e de Direito Processual – atuaram como grandes catalisadores da confecção deste trabalho.

Ao valoroso e brilhante amigo da magistratura e da academia, WALTER VEGAS JR., pelo permanente e diuturno auxílio na construção desta pesquisa, desde a sua fase embrionária – como projeto para o processo seletivo – até a sua conclusão para depósito. Sem sua incansável disposição para problematizar e debater exaustivamente as ideias centrais – e também inúmeras outras periféricas –, tecendo considerações e agregando pensamentos, este trabalho não se teria encaminhado.

Aos amigos EDUARDO ROCKENBACH, IURI PINHEIRO e RAPHAEL MIZIARA, pelos agradáveis debates em torno do tema objeto deste trabalho e pela ajuda na consecução de materiais essenciais ao seu desenvolvimento.

Aos servidores da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP e aos da Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, na pessoa da bibliotecária DENISE, pela atenção cuidadosa e empenho destacado na busca por diversas das fontes bibliográficas aqui utilizadas.

*A LÍVIA, minha flor de perfume
inebriante, e a nossos três
rebentos: JOÃO PEDRO, ANA
(in memoriam) e RAFAEL.*

“Mais do que nunca, é o momento de pensarmos na instituição de um Código de Processo do Trabalho. (...) é o momento de o processo do trabalho deixar de deslumbrar-se, alienadamente, com a suntuosa mansão do processo civil e construir nova moradia para si.”

MANOEL ANTÔNIO TEIXEIRA FILHO

RESUMO

CASTRO, Ítalo Menezes de. *Contraditório e efetividade: análise da vedação à decisão-surpresa no processo civil brasileiro e sua compatibilidade com o processo do trabalho*. 163 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

A presente pesquisa tem por objeto analisar a importação do art. 10 do Código de Processo Civil de 2015 para o processo do trabalho. Pretende demonstrar que a norma processual civilista não pode ser aplicada ao processo laboral sem uma avaliação cuidadosa de sua passagem pelo filtro de compatibilidade estatuído pelo art. 769 da Consolidação das Leis do Trabalho. Veicula a ideia de que a norma civilista só pode incidir no processo trabalhista se concorde com a estrutura principiológica deste. Para tanto, estuda os direitos fundamentais ao contraditório e à efetividade do processo, partindo do seu resgate histórico e examinando, em seguida, o conteúdo das referidas garantias processuais. Estabelece as dimensões do princípio do contraditório (bilateralidade de oitiva, paridade de armas e direito de influência e de não surpresa) e a relação entre o contraditório e a cooperação. Trata da ligação entre a efetividade, a instrumentalidade e a razoável duração do processo. Cuida do fenômeno das decisões-surpresa, definindo o seu conceito e fazendo apontamentos sobre a matéria no direito comparado. Aborda os contornos da vedação às decisões-surpresa no direito positivo brasileiro, com a indicação de seu conteúdo, e examina algumas questões controvertidas relacionadas ao tema. Identifica as particularidades do litígio individual trabalhista e apresenta os fundamentos do processo individual do trabalho. Indica as bases sobre as quais está assentado o processo laboral e retrata o seu conteúdo e principais implicações. Evidencia que os direitos fundamentais costumam colidir, o que também ocorre entre com os direitos fundamentais de natureza processual, como o contraditório e a efetividade do processo. Coloca as premissas teóricas sobre a teoria dos princípios e os critérios para a solução das colisões de direitos fundamentais à luz do princípio da proporcionalidade. Examina o problema da importação do art. 10 do Código de Processo Civil de 2015 ao processo do trabalho a partir da colisão entre o contraditório e a efetividade do processo e desenvolve a referida interação por meio do princípio da proporcionalidade.

Palavras-chave: contraditório; efetividade do processo; decisão-surpresa; processo do trabalho; princípio da proporcionalidade.

ABSTRACT

CASTRO, Ítalo Menezes de. *Adversarial principle and procedural effectiveness: analysis of the surprise-decisions prohibition in brazilian civil procedure and its compatibility with the labor procedure*. 163 p. Dissertation (Master degree) – School of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

The present research aims to analyze the import of the article 10 of the Civil Procedure Code of 2015 for the labor procedure. It intends to demonstrate that the civil procedural rule can not be applied to the labor procedure without a careful evaluation of its passage through the compatibility filter established by the art. 769 of the Labor Rules Consolidation. It conveys the idea that the civil rule can only affect the labor procedure if it agrees with its principiological structure. In order to do so, it studies the fundamental rights to the adversary and the procedural effectiveness, starting from its historical recovery and then examining the content of these procedural guarantees. It establishes the dimensions of the adversarial principle (bilaterality of hearings, parity of arms and right to influence and to be not surprised) and the relationship between the adversarial and the cooperation. It deals with the link between the procedural effectiveness, the instrumentality and the speedy trial. It analyzes the phenomenon of the surprise-decisions, defining its concept and making notes about the matter in comparative law. It approaches the surprise-decision prohibition contours in brazilian law, with the indication of its content, and examines some controversial issues related to the subject. It identifies the individual labor litigation particularities and presents the individual labor procedure fundamentals. It indicates the labor procedure basis and portrays its content and main implications. It shows that fundamental rights usually collide, which also occurs between fundamental procedural rights, such as the adversarial principle and the procedural effectiveness. It presents the theoretical premises about the principles theory and the criteria for the solution of the fundamental rights collisions in the light of the proportionality principle. Examines the problem of importing art. 10 of the Civil Procedure Code of 2015 to the labor procedure in the light of the collision between the adversarial principle and the procedural effectiveness and develops said interaction through the proportionality principle.

Keywords: adversarial principle; procedural effectiveness; surprise-decision; labor procedure; proportionality principle.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TEMA.....	17
METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA UTILIZADAS	19
1 OS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA EFETIVIDADE DO PROCESSO	21
1.1 O princípio do contraditório.....	21
1.1.1 Breve resgate histórico	21
1.1.2 Conteúdo.....	24
1.1.2.1 Contraditório como bilateralidade de audiência	24
1.1.2.2 Contraditório como paridade de armas.....	28
1.1.2.3 Contraditório como direito de influência e de não surpresa	32
1.1.3 Contraditório e cooperação.....	35
1.2 O princípio da efetividade do processo	36
1.2.1 Breve resgate histórico	36
1.2.2 Conteúdo.....	40
1.2.3 Instrumentalidade e efetividade do processo.....	44
1.2.4 Razoável duração e efetividade do processo	48
2 O REGRAMENTO DAS DECISÕES-SURPRESA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.....	53
2.1 Conceito de decisão-surpresa.....	53
2.2 Notas sobre o regramento da matéria em alguns ordenamentos jurídicos estrangeiros	54
2.3 Análise das regras dos arts. 9.º e 10 do Código de Processo Civil de 2015.....	60
2.3.1 Conteúdo.....	60

2.3.2	Questões controvertidas.....	68
2.3.2.1	Decisões razoavelmente esperadas pelas partes	68
2.3.2.2	A improcedência liminar do pedido.....	72
2.3.2.3	Definição de fundamento de direito.....	74
3	OS FUNDAMENTOS DO PROCESSO INDIVIDUAL DO TRABALHO.....	77
3.1	As particularidades do litígio individual trabalhista.....	77
3.2	Princípio da proteção.....	82
3.3	Simplificação procedimental.....	86
3.4	Celeridade.....	91
3.5	Oralidade	93
3.6	Conciliação.....	98
3.7	A cláusula de contenção do art. 769 da CLT	100
4	A CONSULTA PRÉVIA SOBRE FUNDAMENTOS JURÍDICOS E SUA DESNECESSIDADE NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	105
4.1	Considerações iniciais	105
4.2	A colisão entre o princípio do contraditório e o princípio da efetividade do processo.....	106
4.2.1	A colocação do problema	106
4.2.2	Os princípios como normas jurídicas e os critérios para solução das colisões entre direitos fundamentais.....	111
4.3	A desnecessidade de consulta prévia sobre fundamentos jurídicos no direito processual do trabalho.....	119
4.3.1	Consulta prévia sobre fundamentos jurídicos, efetividade e proporcionalidade	119
4.3.1.1	Adequação.....	121
4.3.1.2	Necessidade.....	123
4.3.1.3	Proporcionalidade em sentido estrito.....	129
4.3.2	Análise das eventuais antíteses	138
4.3.2.1	Ofensa ao conteúdo essencial do contraditório.....	138

4.3.2.2. O abreviamento do processo pela diminuição na interposição de recursos	141
4.3.2.3 Consulta prévia sobre fundamentos jurídicos como reflexo da dimensão democrática da participação do cidadão no exercício do poder.....	144
CONCLUSÕES.....	147
REFERÊNCIAS.....	151

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015, instituindo o novo Código de Processo Civil, representou importante alteração no cenário jurídico-legislativo brasileiro, uma vez que procedeu a uma série de mudanças nas estruturas que balizam o desenrolar do processo civil, bem como inseriu diversas inovações no referido regramento.

Entre essas inovações, cabe destacar, por representar o foco central deste estudo, a regra vazada no art. 10 do novo Código de Processo Civil, ao estabelecer que o “juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício”.

Com efeito, a referida norma trouxe clara proibição ao magistrado de prolatar decisões calcadas em fundamentos fáticos ou jurídicos sobre os quais não tenha sido oportunizado às partes debater.

Ora, é notória a inovação trazida pelo *Codex*. Embora no Direito Comparado já houvesse normas explícitas nesse sentido, como, por exemplo, nas legislações processuais de Portugal, Alemanha, França e Itália, o direito processual civil brasileiro, até então, não contava com regra expressa sobre a matéria, notadamente, no que tange à necessidade de consulta prévia às partes sobre fundamentos jurídicos a serem eventualmente adotados pelo julgador na decisão.

É precisamente, pois, o diálogo entre essa inovação processual civilista, notadamente, no que tange à necessidade de consulta prévia sobre fundamentos jurídicos, e a sua compatibilidade com o processo do trabalho que se constituem no objeto central deste estudo.

Dessarte, a pesquisa parte do pressuposto de que a nova norma civilista não pode ser importada ao processo do trabalho sem um exame cuidadoso da sua passagem pelo filtro de compatibilidade do art. 769 da CLT e das peculiaridades ínsitas ao processo laboral, sendo que a aplicação da regra precisa ser examinada também à luz de outros importantes elementos que gravitam em torno da matéria.

Com efeito, a relação entre o processo do trabalho e o processo civil, à luz da regra celetista de contenção supraindicada, sempre foi fruto de acirradas controvérsias,

sendo que a aplicabilidade da nova regra civilista passa a incorporar, sem sombra de dúvidas, o rol dessas matérias objeto de instigantes polêmicas.

Prova disso é a própria redação da Instrução Normativa n. 39/2016 do Tribunal Superior do Trabalho, editada com o fim de nortear a integração do CPC/2015 ao processo do trabalho, demonstrando o terreno movediço em que se encontra o tema, pois, muito embora o *caput* do art. 4º da referida Instrução preveja a aplicabilidade do art. 10 do CPC/2015 ao processo laboral, seu § 2º criou hipóteses de exceção, ao excluir da vedação aludida pelo dispositivo civilista a análise das condições da ação, dos pressupostos processuais e dos pressupostos recursais.

Nesse contexto, aspectos relevantes como o princípio da simplicidade – e a desnecessidade, como regra, da apresentação de fundamentos jurídicos pelas partes para a prática de atos processuais em âmbito trabalhista –, a oralidade e o *ius postulandi*, por exemplo, constituem importantes fatores a serem considerados pelo intérprete para solução do palpitante problema supraexposto.

O tema demanda, assim, uma reflexão mais acurada sobre o princípio do contraditório e sua incidência no processo, com apontamentos acerca de sua evolução histórica e de seu conteúdo. As emanções que foram progressivamente sendo reconhecidas pela doutrina acerca da referida garantia constitucional, com as respectivas enunciações deontológicas, são aspectos relevantes para melhor embasar a análise do tema objeto deste trabalho.

O cumprimento dessa tarefa também exige o exame do princípio da efetividade do processo – de igual envergadura jusfundamental –, iluminando a importância de o processo ser capaz de produzir resultados concretos em favor dos cidadãos que dele necessitam. A busca por um processo efetivo, que possa materializar as soluções construídas para a pacificação do conflito, é exigência dos Estados Constitucionais Democráticos, sendo que a análise da efetividade processual reclama especial ênfase nos elementos da razoável duração e da instrumentalidade do processo, como grandes dimensões catalisadoras desse valor.

Ademais, especificamente quanto à instrumentalidade, possuindo o direito do trabalho substrato na segunda geração (ou segunda dimensão) de direitos fundamentais, entende-se que o processo do trabalho deve ser visto como instrumento de efetivação

desses direitos, os quais, em último caso, consagram a própria dignidade humana, sendo tal aspecto de suma importância para a correta análise do tema.

Todo esse enredo, referente ao panorama conceitual das referidas garantias constitucionais – que são vetores decisivos na trilha argumentativa de análise da matéria –, encontra-se retratado no primeiro capítulo deste estudo, no qual foi exposto o resultado da pesquisa dedicada a esses temas.

Por conseguinte, a investigação sobre o arcabouço teórico de nível constitucional serve de sólido substrato e de ponte segura para a atribuição de sentido e alcance ao art. 10 do Código de Processo Civil de 2015, tarefa que foi objeto de preocupação no segundo capítulo desta pesquisa, mediante proposta de compreensão da norma enunciada pelo dispositivo legal. Para tanto, foi feita breve análise da matéria em alguns ordenamentos jurídicos alienígenas, como forma de melhor atingir tal objetivo, assim como foram apresentadas algumas questões controvertidas em torno da interpretação da norma cristalizada no diploma processual civil.

Assim, tentou-se aplainar o caminho para compreender o fenômeno das chamadas decisões-surpresa – ou “decisões de terceira via” –, as quais correspondem, em suma, a provimentos jurisdicionais proferidos com base em elementos de fato ou de direito não submetidos à prévia oportunidade de debate entre as partes, bem como sedimentar o terreno para o fim de, oportunamente, compreender o modo como o tema interage com o processo do trabalho.

Nesse contexto, qualquer pretensão de enveredar sobre a heterointegração do processo do trabalho pelo processo civil demanda, naturalmente, uma análise sobre os princípios e as estruturas sobre os quais se encontra assentado o processo trabalhista, inclusive, no que tange às suas ínsitas peculiaridades. Elementos como a proteção, a oralidade, a simplicidade, a facilitação do acesso à justiça, entre outros, comparecem ao tablado, impondo ao intérprete uma correta compreensão desse modelo especializado, com o fim de traçar caminho seguro na resolução do difícil problema da importação de institutos civilistas ao processo do trabalho. Esse empreendimento, a seu turno, foi objeto do terceiro capítulo da pesquisa, no qual se pretendeu identificar essas bases de sustentação do modelo processual laboral.

O percurso de todo esse itinerário serviu como pano de fundo para a hipótese central deste estudo: a desnecessidade de consulta prévia às partes, no direito processual do

trabalho, acerca dos fundamentos jurídicos a serem adotados na decisão, acarretando, pois, o rechaço da regra disposta no art. 10 do CPC/2015 pela cláusula de barreira disposta no art. 769 da CLT.

Nesse contexto, a análise da inter-relação entre contraditório e efetividade, especialmente no que tange à sua colisão, à luz dos critérios de solução do choque entre direitos fundamentais propostos pela nova hermenêutica constitucional, é assunto que gera impactantes implicações no tema, considerando o antagonismo entre os referidos valores e a necessidade de o sistema processual ser capaz de acomodá-los razoavelmente.

Para tanto, procedeu-se à análise da necessidade de consulta prévia sobre fundamentos jurídicos e suas implicações no contraditório e na efetividade do processo, especificamente nos terrenos do direito processual do trabalho, à luz do princípio da proporcionalidade e de suas três máximas (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito), como chave mestra para o equacionamento da matéria. Ademais, no exame dessa colisão de direitos fundamentais, outras questões puderam ser também analisadas, como eventual violação ao conteúdo essencial desses direitos.

Por conseguinte, o debate de nível constitucional também se espalhou ao nível infraconstitucional, permitindo construir a solução do problema proposto por meio do diálogo entre a estrutura do processo do trabalho e do processo civil. Nessa dimensão, o exame das matrizes ideológicas sobre as quais estão construídos ambos os sistemas, assim como dos resultados que deles esperam os jurisdicionados, diz muito sobre a solução a ser proposta para o problema tratado nesta pesquisa.

DELIMITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TEMA

O objeto central desta pesquisa é examinar a compatibilidade do art. 10 do Código de Processo Civil de 2015 com o processo trabalhista, na medida em que se parte da hipótese de que a nova regra não encontra passagem pelo filtro do art. 769 da CLT.

Como supraexposto, a referida norma civilista veio vedar aos juízes a prolação de decisões amparadas em fundamentos fáticos ou jurídicos sobre os quais as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar, visando, precipuamente, a evitar o fenômeno das chamadas decisões-surpresa.

Nesse contexto, o exame da matéria se justifica na medida em que o ordenamento processual civil pátrio não contava com qualquer disposição semelhante, antes da promulgação do CPC/2015, demonstrando a importância da análise a ser efetuada sobre o referido dispositivo e sobre as consequências da sua aplicação.

Ademais, os próprios limites da regra contida no mencionado artigo 10 do CPC/2015 não são de fácil identificação. Cite-se, por exemplo, o caso de países cujos ordenamentos jurídicos já contavam com previsão semelhante, em que há relevantes discussões acerca dos contornos dessa vedação, como será analisado adiante, o que fundamenta a grande repercussão que o tema pode produzir no âmbito da Ciência Jurídica.

Igualmente, por se tratar de inovação no direito positivo pátrio, constata-se a atualidade do tema, justificando o avanço nas pesquisas que lhe tenham por objeto, como forma de produzir substrato teórico para as reflexões acadêmicas e também para os operadores do direito.

Por outro lado, ao englobar a análise do conteúdo de direitos fundamentais de enorme relevância para o Estado Democrático de Direito, bem como as nuances de sua aplicação e efetivação, a presente pesquisa também dialoga com as valiosas lições do Direito Constitucional e da Teoria Geral do Processo, dotando o tema de importante visão interdisciplinar e identificação com o cenário jurídico inaugurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Dessarte, o exame do tema não pode descurar da análise de direitos fundamentais como as garantias ao contraditório e à efetividade do processo, assim como de todo o arcabouço teórico que embasa a positivação dos direitos sociais na Carta Magna de 1988, o que agrega valor à pesquisa ora empreendida, permitindo-a fornecer uma visão

holística do tema, a qual garante, em último caso, uma reflexão mais aprofundada da matéria.

Portanto, à luz dessas considerações, entende-se por pertinente e relevante a análise do tema para a Ciência Jurídica, sendo certo que a sua atualidade e complexidade reclamam a investigação científica para o descortinamento da matéria.

METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA UTILIZADAS

Este trabalho foi elaborado a partir de pesquisa que combinou diversos métodos para o estudo do Direito, encontrando, todavia, correspondência mais cristalina no método hermenêutico-dedutivo, a partir da análise teórico-conceitual das construções doutrinárias e jurisprudenciais pertinentes ao tema e interpretação das normas jurídicas correlatas, privilegiando-se, em relação aos assuntos de maior relevância, um enfoque dialético ao empreendimento (análise de posições divergentes e convergentes à hipótese aventada).

Por outro lado, também foram realizadas incursões guiadas pelo método indutivo, a partir da análise de dados estatísticos e de situações-problema que permitiram dar início ao raciocínio a caminho da generalização, sendo certo também que, em diversos momentos, utilizou-se do método histórico-hermenêutico, por meio da análise de elementos históricos relacionados às matérias que gravitam em torno do tema.

As técnicas de pesquisa decorreram, fundamentalmente, de documentação indireta, por meio do levantamento, seleção, análise e confronto de fontes bibliográficas.

CONCLUSÕES

Analisar a importação do art. 10 do CPC/2015 ao processo do trabalho foi o grande mote inspirador da realização desta pesquisa, que se dedicou à verificação de sua compatibilidade com o processo laboral, à luz da cláusula de barreira do art. 769 da CLT e dos direitos fundamentais que circundam o debate.

A hipótese inicialmente aventada era de que referida importação não poderia ser efetuada sem um cuidadoso exame da sua passagem pelo filtro estabelecido na mencionada regra celetista, de forma que a aplicação subsidiária do direito processual civil, nesse caso, encontrar-se-ia contrastante à principiologia do processo laboral.

Após o percurso trilhado nos capítulos anteriores, algumas conclusões puderam ser extraídas, a seguir articuladas, conclusões estas que, longe de pretender representar verdade absoluta e universal sobre o tema – o que é extremamente difícil, tratando-se de Ciências Humanas –, constituem apenas o retrato atual da pesquisa empreendida, à luz, obviamente, das lentes do autor.

Nesse contexto, do quanto se descreveu e problematizou no curso deste trabalho, as seguintes inferências poderiam ser apresentadas:

i) a garantia ao contraditório tem sido objeto de sucessiva resignificação e ampliação ao longo do tempo, tendo sofrido os influxos do princípio da máxima efetividade das normas constitucionais, de forma que se passou a reconhecê-la como englobando o direito à informação e à possibilidade de reação, à isonomia na utilização das faculdades processuais e a influenciar e não ser surpreendido. Referida garantia deve ser reputada como essencial para a própria existência do processo;

ii) a informação garante à parte o direito de ser cientificada dos atos processuais e demais elementos que possam ser relevantes na tramitação do processo, e a reação garante o direito de, caso queira, poder contrariar os atos produzidos em seu desfavor pelos demais sujeitos do processo, ao mesmo tempo também o de ser ouvida na formação do convencimento do juiz;

iii) a isonomia na utilização das faculdades processuais garante a paridade de armas, de forma que o princípio da igualdade resguarda o equilíbrio da atuação das partes em todo o processo;

iv) a compreensão atual do direito de influenciar exprime a ideia de que a parte deve ser cientificada previamente, antes da prolação da decisão, acerca de qualquer questão, fática ou jurídica, que possa ser considerada na convicção do julgador. Corolário, portanto, é o direito de não ser surpreendido por pronunciamento judicial que não observe essa dimensão;

v) a garantia à efetividade do processo exige que o sistema processual esteja estruturado com capacidade para entregar resultados concretos na vida do jurisdicionado, permitindo que a solução desejada pelo direito material para o conflito possa se materializar;

vi) a efetividade do processo dialoga, necessariamente, com a sua compreensão instrumentalista, segundo a qual o processo não é um fim em si mesmo e deve estar orientado para melhor tutelar o direito material objeto da discussão em juízo. Processo efetivo, assim, será aquele que conseguir atingir, com a maior intensidade possível, os seus escopos jurídico, social e político;

vii) a efetividade possui íntima relação com a celeridade, pois só haverá a produção de resultados concretos na vida do jurisdicionado se o bem da vida perseguido em juízo puder ser atribuído ao seu titular de forma tão mais rápida quanto possível. Esse objetivo, temperado pelas demais garantias processuais, garante a todos uma duração razoável do processo;

viii) a vedação à decisão-surpresa é reflexo do contraditório como direito de influência e de não surpresa. Por decisão-surpresa, deve-se entender o fenômeno dos pronunciamentos do magistrado em que se adota um dado fundamento de fato ou de direito que não teve seu debate oportunizado no curso do processo ou que não deveria ser razoavelmente aguardado pelas partes, a partir de uma conduta inopinada;

ix) o litígio trabalhista possui diversas particularidades que o distingue dos litígios de natureza civil, as quais são decorrência da assimetria fática existente na relação jurídica de direito material, podendo se destacar o caráter quase sempre alimentar dos

créditos discutidos em juízo e a desigualdade econômica das partes. Essa diferença de capacidade econômica acarreta também uma desigualdade de capacidade técnica, que demanda compensação por meio de normas procedimentais destinadas a proporcionar essa igualação;

x) as particularidades do litígio trabalhista inspiram a configuração de sistema processual célere, protetivo e simples, como garantia maior do direito fundamental de acesso à justiça;

xi) o princípio da proteção, gestado e criado no âmbito do direito material do trabalho, também incide no direito processual do trabalho, por meio da vertente informativa da norma mais favorável e da regra do *in dubio pro misero*, como forma de garantir a isonomia entre as partes (paridade de armas);

xii) o art. 10 do Código de Processo Civil de 2015, embora relacionado a fatos e questões jurídicas, possui especial relevância quanto a estas, pois o princípio do dispositivo já vedava a introdução, pelo juiz, de fatos oriundos de seu conhecimento privado e que não surgiram da prova produzida nos autos;

xiii) contraditório e efetividade são direitos de natureza processual que ostentam a marca dos direitos fundamentais, integrando o modelo constitucional de processo não penal. Referidos direitos são também caracterizados como princípios jurídicos, na medida em que correspondem a enunciações de dever-ser. No entanto, como expressam enunciações de dever-ser antagônicas, tais direitos colidem no âmbito do processo, reclamando uma justa acomodação e harmonização, de forma que um não seja integralmente sacrificado em benefício do outro;

xiv) a teoria dos princípios e seus reflexos nos direitos fundamentais orientam que as situações de colisão entre estes devem ser resolvidas à luz do princípio da proporcionalidade e de suas três máximas (adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito), que correspondem a critérios razoavelmente aceitos para esse fim;

xv) a exigência de consulta prévia sobre fundamentos jurídicos, como reflexo da garantia de influência e de não ser surpreendido, é medida que não se justifica no direito processual do trabalho, pois, além de ter sua adequação não integralmente realizável, implica alto grau de interferência na efetividade e possui baixo nível de eficiência na

realização do contraditório, sendo que as vantagens advindas da sua adoção são inferiores à intensidade das desvantagens que acarreta. Dessa maneira, o art. 10 do CPC/2015, no ponto em que exige a prévia comunicação das partes acerca de dada questão jurídica não debatida no processo, não se compatibiliza com o processo do trabalho.

Ressalte-se, por fim, que essas enunciações acima significam apenas uma breve síntese da singela proposta hermenêutica que se pretendeu apresentar com o resultado desta pesquisa, de forma que, sem qualquer pretensão de encerrá-lo, objetivam, ao contrário, dar prosseguimento e impulsionar o debate em torno do instigante tema aqui analisado.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Trad. Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

ALMEIDA, Cléber Lúcio de. Anotações sobre a efetividade da jurisdição e do processo. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 919, p. 317-335, maio 2012.

ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. *A contrariedade na instrução criminal*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1937.

ALVES, Francisco Glauber Pessoa. Celeridade como princípio constitucional inegável, o novo Código de Processo Civil e os Juizados Especiais Cíveis. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 275, p. 19-42, jan. 2018.

ANDOLINA, Italo; VIGNERA, Giuseppe. *Il modello costituzionale del processo civile italiano*. Torino: G. Giappichelli Editore, 1990.

ANDREWS, Neil. *O moderno processo civil inglês: formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra*. Trad. Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

BADARÓ, Gustavo Henrique. *Processo penal*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

BAPTISTA, José João. *Processo Civil I: parte geral e processo declarativo*. 8. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

BARBOSA, Rui. *Oração aos moços*. 5. ed. Brasília: Caixa, 2015.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Tratado de direito judiciário do trabalho*. 3. ed. São Paulo: LTr, 1995. v. I e II.

BEBER, Júlio César. *Recursos no processo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2009. p. 130.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Efetividade do processo e técnica processual*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BOBBIO, Norberto. *Teoria da norma jurídica*. 3. ed. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariane Bueno Sudatti. Bauru: EDIPRO, 2005.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. EDcl no REsp 1280825/RJ, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 27.06.2017, *DJe* 01.08.2017.

_____. _____. REsp 250.781/SP, Rel. Ministro José Delgado, 1 Turma, julgado em 23.05.2000, *DJ* 19.06.2000.

_____. _____. REsp 1096396/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 07.05.2013, *DJe* 21.05.2013).

_____. _____. REsp 1105944/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 14.12.2010, *DJe* 08.02.2011.

_____. _____. REsp 1169755/RJ, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJRS), Terceira Turma, julgado em 06.05.2010, *DJe* 26.05.2010.

_____. _____. REsp 1397870/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 02.12.2014, *DJe* 10.12.2014).

_____. _____. RMS 52.463/RJ, Rel. Ministro Gurgel De Faria, Primeira Turma, julgado em 04.09.2018, *DJe* 13.09.2018.

_____. _____. RMS 54.566/PI, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19.09.2017, *DJe* 09.10.2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. Inq 4093, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, julgado em 02.02.2016, acórdão eletrônico *DJe*-101, divulg. 17.05.2016, public. 18.05.2016.

_____. _____. RE 666129/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, Publicação *DJe*-175, divulg 04.09.2012, public 05.09.2012.

_____. _____. EDcl no REsp 1280825/RJ, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 27.06.2017, *DJe* 01.08.2017.

_____. _____. HC 457.561/ES, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 09.10.2018, *DJe* 15.10.2018). No mesmo sentido também, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: STF – AP 461/SP AgRterceiro, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Pleno, *DJe* 22.08.2011.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Apelação Cível no Processo n. 0004485-58.2010.8.10.0060, Rel. Des. Marcelo Carvalho Silva, 2ª Câmara Cível, julgado em 14.08.2012, *DJe* 16.08.2012.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. ARR – 52800-40.2002.5.02.0491, Rel. Ministra Dora Maria da Costa, julgado em 07.03.2018, 8ª Turma, *DEJT* 09.03.2018.

_____. _____. ARR – 63400-31.2013.5.13.0006, Rel. Ministro Renato de Lacerda Paiva, julgado em 09.12.2015, 2ª Turma, *DEJT* 18.12.2015.

_____. _____. E-ED-RR – 4-54.2013.5.07.0004, Rel. Ministro Breno Medeiros, julgado em 18.10.2018, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, *DEJT* 26.10.2018.

_____. _____. Instrução Normativa n. 39/2016.

_____. _____. RR – 1187-35.2014.5.23.0051, Relatora Desembargadora convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, julgado em 28.11.2018, 6ª Turma, *DEJT* 30.11.2018.

_____. _____. RR – 2247-74.2010.5.02.0081, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, julgado em 22.10.2018, 2ª Turma, *DEJT* 26.10.2018.

_____. _____. RR – 3227200-86.2008.5.09.0002, Rel. Ministro João Oreste Dalazen, julgado em 27.05.2015, 4ª Turma, *DEJT* 05.06.2015.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Manual de direito processual civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CABRAL, Antônio do Passo. O contraditório como dever e a boa-fé processual objetiva. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 126, p. 59-81, ago. 2005.

CALAMANDREI, Piero. *Proceso y democracia*. Trad. Hector Fix Zamudio. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-America, 1960.

CÂMARA, Alexandre de Freitas. Dimensão processual do princípio do devido processo constitucional. In: DIDIER JR., Fredie (coord. geral); FREIRE, Alexandre; MACEDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi (org.). *Coleção novo CPC: Parte geral*. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 1, p. 369-382.

CAMBI, Eduardo. *A prova civil: admissibilidade e relevância*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. *Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário*. São Paulo: Ed. RT, 2009.

_____ et al. *Curso de processo civil completo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

_____; HELLMAN, Renê Francisco. Os precedentes e o dever de motivação no novo Código de Processo Civil. In: DIDIER JR., Fredie (coord. geral); FREIRE, Alexandre; MACEDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi (org.). *Coleção Novo CPC: Procedimento comum*. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 2, p. 949-974.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da Constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CAPPELLETTI, Mauro. *Processo, ideologias e sociedade*. Trad. Hermes Zaneti Júnior. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2010. v. II.

_____; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988.

CARNELUTTI, Francesco. *Diritto e processo*. Napoli: Morano Editore, 1958.

CARPI, Federico; TARUFFO, Michele. *Comentario breve al Codice di Procedura Civile*. 4. ed. Padova: Cedam, 2002.

CASTRO, Daniel Penteado de. Projeção do novo Código de Processo Civil sobre os Juizados Especiais. *Revista do Advogado*, São Paulo, n. 127, p. 19-26, ago. 2015.

CHAVES, Luciano Athayde. Interpretação, aplicação e integração do direito processual do trabalho. In: _____ (org.). *Curso de processo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2012. p. 41-89.

CHIOVENDA, Giuseppe. Procedimento oral. Trad. Osvaldo Magon. In: MORATO, Francisco et al. *Processo oral*. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1940. p. 39-68.

CINTRA, Antônio Carlos Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

COMOGLIO, Luigi Paolo. *Etica e tecnica del “giusto processo”*. Torino: G. Giappichelli Editore, 2004.

CORRÊA, Fábio Peixinho Gomes. Direito Processual Civil Alemão. In: TUCCI, José Rogério Cruz e (coord.). *Direito Processual Civil Europeu Contemporâneo*. São Paulo: Lex Editora, 2010. p. 11-53.

_____. *Governança judicial: modelos de controle das atividades dos sujeitos processuais*. 2008. 302 p. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COSTA, Coqueijo. *Direito processual do trabalho*. 4. ed. Atualização Washington Luiz da Trindade. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

COSTA, Eduardo José da Fonseca. As noções jurídico-processuais de eficácia, efetividade e eficiência. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 121, p. 275-301, mar. 2005.

CUNHA, Leonardo Carneiro. A previsão do princípio da eficiência no projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 233, p. 65-84, jul. 2014.

DALAZEN, João Oreste. *Lições de direito e processo do trabalho*. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 17. ed. São Paulo: LTr, 2018.

DIDER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil*. 18. ed. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 1 e 2.

_____. Das normas fundamentais do processo civil (arts. 1.º a 12). In: CABRAL, Antônio do Passo; CRAMER, Ronaldo (coord.). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

_____. O princípio da cooperação: uma apresentação. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 127, p. 75-79, set. 2005.

_____. Os três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Edição Comemorativa, p. 1081-1090, 2015.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. Comentários ao Código de Processo Civil – vol. I (arts. 1.º a 69): das normas processuais civis e da função jurisdicional. In: GOUVÊA, José Roberto Ferreira; BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar; FONSECA, João Francisco Naves da. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

_____. *Instituições de direito processual civil*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. v. I.

_____. *Instituições de direito processual civil*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. v. I.

DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de introdução à ciência do direito*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. 2. ed. Trad. Jefferson Luiz Carmargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FAVA, Marcos Neves. *Execução trabalhista efetiva*. São Paulo: LTr, 2009.

FAZZALARI, Elio. *Istituzioni di diritto processuale*. 5. ed. Padova: Cedam, 1989.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. Ação promocional. In: _____ (coord.). *Fênix: por um novo processo do trabalho*. São Paulo: LTr, 2011. p. 52-71.

_____. Comentários aos arts. 9º e 10 do CPC. In: SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira (coord.). *Comentários ao Novo CPC e sua aplicação ao processo do trabalho: parte geral*. São Paulo: LTr, 2016. v. 1.

_____. O princípio do contraditório no novo Código de Processo Civil – aproximações críticas. *Revista LTr*, São Paulo, v. 79, n. 3, p. 277-285, mar. 2015.

_____. *Por um processo realmente efetivo: tutela processual de direitos humanos fundamentais e inflexões no “due process of law”*. São Paulo: LTr, 2016.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FREITAS, Ana Maria Aparecida de; SILVA, Carolina de Freitas. As “decisões surpresa” e sua repercussão nas ações de natureza trabalhista. *Revista Trabalhista: Direito e Processo*, São Paulo, ano 14, n. 56, p. 70-80, jan.-jun. 2017.

FREITAS, José Lebre. *Introdução ao processo civil: conceito e princípios gerais à luz do novo Código*. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

GIGLIO, Wagner; GIGLIO, Claudia Veltri Correa. *Direito processual do trabalho*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GRECO, Leonardo. O princípio do contraditório. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 24, p. 71-79, mar. 2005.

_____. Publicismo e privatismo no processo civil. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 164, p. 29-56, out. 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Processo trabalhista e processo comum. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, n. 15, p. 85-94, set.-out. 1978.

HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição*. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris, 1991.

LEIBLE, Stefan. *Proceso Civil Alemán*. 2. ed. Medellín: Biblioteca Juridica Dike, 1999.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Estudos sobre o processo civil brasileiro*. São Paulo: José Bushatsky, 1976.

LIMA, Francisco Gérson Marques de. *Fundamentos do direito processual do trabalho: bases científicas e sociais de um processo de princípios e equidade para a tutela de direitos fundamentais do trabalho*. São Paulo: Malheiros, 2010.

LIMA, Renato Brasileiro de. *Manual de processo penal*. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2014.

LOPES, João Batista. Efetividade da tutela jurisdicional à luz da constitucionalização do processo civil. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 116, p. 29-39, jul.-ago. 2004.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Garantia do tratamento paritário das partes. In: TUCCI, José Rogério Cruz e (coord.). *Garantias constitucionais do processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 91-131.

MACEDO, Lucas Buril. Improcedência liminar do pedido. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 973, p. 247-270, nov. 2016.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. *Direito processual do trabalho: efetividade, acesso à justiça e procedimento oral*. São Paulo: LTr, 1998.

_____; SEVERO, Valdete Souto. *O processo do trabalho como instrumento do direito do trabalho: e as ideias fora de lugar do novo CPC*. São Paulo: LTr, 2015.

MALLET, Estevão. Notas sobre o problema da chamada “decisão-surpresa”. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 109, p. 389-414, dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/89239/Rev_2014_12>. Acesso em: 9 jun. 2016.

_____. Novo CPC e o processo do trabalho à luz da IN nº 39. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, v. 82, n. 3, jul.-set. 2016, p. 142-164.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil comentado*. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito processual do trabalho*. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MEIRELES, Edilton. O novo CPC e sua aplicação supletiva e subsidiária no processo do trabalho. In: MIESSA, Élisson (Coord.). *O novo Código de Processo Civil e seus reflexos no processo do trabalho*. Salvador: JusPodivm, 2015. p. 57-82.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro Mendes; SILVA, Larissa Clare Pochmann da. Os impactos do novo CPC na razoável duração do processo. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 241, p. 15-25, mar. 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de direito constitucional*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIESSA, Élisson. *Manual dos recursos trabalhistas: teoria e prática*. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

MITIDIERO, Daniel. *Colaboração no processo civil: pressupostos sociais, lógicos e éticos*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MORATO, Francisco. A oralidade. In: _____ et al. *Processo oral*. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1940. p. 1-10.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Notas sobre as recentes reformas do processo civil francês. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 150, p. 59-69, ago. 2007.

_____. Notas sobre o problema da efetividade do processo. *Ajuris*, Porto Alegre, v. 10, n. 29, p. 77-94, nov. 1983.

_____. O futuro da Justiça: alguns mitos. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 99, p. 141-150, jul.-set. 2000.

_____. O neoprivatismo no processo civil. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 122, p. 9-21, abr. 2005.

_____. Por um processo socialmente efetivo. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 105, p. 181-190, jan.-mar. 2005.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *Iniciação ao direito do trabalho*. 29. ed. São Paulo: LTr, 2003.

NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil comentado*. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil*. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

NORMAND, Jacques. I poteri del giudice e delle parti quanto al fondamento delle pretese controverse. *Rivista di Diritto Processuale*, Padova, Cedam, n. 4, p. 722-750, out.-dez. 1988.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Efetividade e processo de conhecimento. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 96, p. 59-69, out.-dez. 1999.

_____. Garantia do contraditório. In: TUCCI, José Rogério Cruz e (coord.). *Garantias constitucionais do processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 132-150.

_____. O juiz e o princípio do contraditório. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 71, p. 31-38, jul.-set. 1993.

_____. Os direitos fundamentais à efetividade e à segurança em perspectiva dinâmica. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 155, p. 11-26, jan. 2008.

_____. Poderes do juiz e visão cooperativa do processo. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Coimbra, v. 44, n. 1/2, p. 179-212, jan.-dez. 2003.

PACELLI, Eugênio. *Curso de processo penal*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PASCO, Mario. *Fundamentos do direito processual do trabalho*. Trad. Edilson Alkmim Cunha. São Paulo: LTr, 1997.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. Instrumentalidade do processo e devido processo legal. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 102, p. 55-67, abr.-jun. 2001.

PICARDI, Nicola. Il principio del contraddittorio. *Rivista di Diritto Processuale*, Milano: Cedam, n. 3/673, p. 673-681, jul.-set. 1988.

PORTO, Sérgio Roberto. A crise de eficiência do processo – a necessária adequação processual à natureza do direito posto em causa, como pressuposto de efetividade. In: FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; ALVIM, Teresa Arruda (coord.). *Processo e Constituição: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 179-189.

PRÜTTING, Hanns. Presentación de documentos y dirección del proceso. In: RAGONE, Álvaro J. Perez; PRADILLO, Juan Carlos Ortiz (trad.). *Código Procesal Civil Alemán (ZPO)*. Montevideu: Fundación Konrad-Adenauer, 2006. p. 59-78.

REGO, Carlos Francisco de Oliveira Lopes do. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed. Almedina: Coimbra, 2004. v. I

RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva. Prestação jurisdicional efetiva: uma garantia constitucional. In: FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; ALVIM, Teresa Arruda (coord.). *Processo e Constituição: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 153-166.

ROBERTO, Welton; SILVA, Beclaute Oliveira. O contraditório e suas feições no novo CPC. In: DIDIER JR., Fredie (coord. geral); FREIRE, Alexandre; MACEDO, Lucas Buril

de; PEIXOTO, Ravi (org.). *Coleção novo CPC: Parte geral*. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 1. p. 481-500.

RODRIGUEZ, Américo Plá. *Princípios de direito do trabalho*. Trad. Wagner D. Giglio. São Paulo: LTr, 2015.

SADEK, Maria Tereza. Judiciário: mudanças e reformas. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 51, 2004, p. 79-101. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10001/11573>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. *O dano moral na dispensa do empregado*. 6. ed. São Paulo: LTr, 2017.

_____; HAJEL FILHO, Ricardo Antônio Bittar. *Curso de direito processual do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SARMENTO, Daniel. O neoconstitucionalismo no Brasil: riscos e possibilidades. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, v. 3, n. 9, p. 95-133, jan.-mar. 2009.

SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. São Paulo: LTr, 2016.

_____. *Princípios do processo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2014.

SENDRA, Jose Vicente Gimeno. *Fundamentos del derecho procesal: jurisdicción, acción y proceso*. Madri: Civitas, 1981.

SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. v. 9.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SOUZA, André Pagani de. *Vedação das decisões-surpresa no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

SOUZA JÚNIOR, Antônio Umberto de et al. *Reforma trabalhista: análise comparativa e crítica da Lei n. 13.467/2017 e da Med. Prov. n. 808/2017*. São Paulo: Rideel, 2018.

SUSSEKIND, Arnaldo. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho e à legislação complementar*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1964. v. III.

TAVARES, André Ramos. *Curso de direito constitucional*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. Elementos para uma teoria geral dos princípios na perspectiva constitucional. In: LEITE, George Salomão. *Dos princípios constitucionais: considerações em torno das normas principiológicas da Constituição*. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 21-51.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Cadernos de processo do trabalho: petição inicial – parte I*. São Paulo: LTr, 2018. v. 8.

_____. *Comentários ao novo Código de Processo Civil sob a perspectiva do processo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2016.

_____. *Curso de direito processual do trabalho*. São Paulo: LTr, 2009. v. I e II.

_____. *O processo do trabalho e a reforma trabalhista: as alterações introduzidas no processo do trabalho pela Lei n. 13.467/2017 e pela Medida Provisória n. 808, de 14.11.2017*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2018.

_____. *Sistema dos recursos trabalhistas*. 13. ed. São Paulo: LTr, 2017.

THEODORO JR., Humberto. *Curso de direito processual civil*. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. I.

_____; NUNES, Dierle José. Uma dimensão que urge reconhecer ao contraditório no direito brasileiro: sua aplicação como garantia de influência, de não surpresa e de aproveitamento da atividade processual. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 168, p. 107-141, fev. 2009.

TREPAT, Cristina Riba. *La eficacia temporal del proceso: el juicio sin dilaciones indebidas*. Barcelona: José María Bosch Editor, 1997.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *A causa petendi no processo civil*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. Garantia do processo sem dilações indevidas. In: _____ (coord.). *Garantias constitucionais do processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 234-260.

TUPINABÁ, Carolina. *As garantias do processo do trabalho*. São Paulo: LTr, 2014.

VEGAS JÚNIOR, Walter Rosati. *Prova no processo do trabalho: das influências dos avanços tecnológicos e sua utilização no direito trabalhista*. Curitiba: Juruá, 2017.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Anotações sobre a efetividade do processo. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 814, p. 63-70, ago. 2003.

WAMBIER, Teresa Arruda. *Nulidades do processo e da sentença*. 5. ed. São Paulo: RT, 2004.

_____. et al. *Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil*: artigo por artigo. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ZARIF, Cláudio Cintra. Da necessidade de repensar o processo para que ele seja realmente efetivo. In: FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; ALVIM, Teresa Arruda (coord.). *Processo e Constituição*: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 139-145.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Antecipação da tutela*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005,

Outros sites consultados

<file:///C:/Users/usuario/Downloads/Code_39.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2016.

<<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/4ab20d602caf34e080257de90056f373?OpenDocument&Highlight=0,manifesta,desnecessidade,surpresa>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

<<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/f462157142267ee180257921004c5d7a?OpenDocument&Highlight=0,2005%2F03.0TVLSB.L1.S1>>. Acesso em: 3 out. 2015.

<[http://www.educazioneadulti.brescia.it/certifica/materiali/6.Documenti_di_riferimento/La%20Costituzione%20in%2015%20lingue%20\(a%20cura%20della%20Provincia%20di%20Milano\)/CostituzioneItaliana-Portoghese.pdf](http://www.educazioneadulti.brescia.it/certifica/materiali/6.Documenti_di_riferimento/La%20Costituzione%20in%2015%20lingue%20(a%20cura%20della%20Provincia%20di%20Milano)/CostituzioneItaliana-Portoghese.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2016.

<http://www.gesetze-im-internet.de/englisch_zpo/englisch_zpo.html>. Acesso em: 9 jun. 2016.

<<http://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:regio.decreto:1940-10-28;1443>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/Constituicao_RepublicaPortuguesa.aspx>. Acesso em 17 out. 2018.

<<http://www.parlamento.pt/Legislacao/paginas/constituicaorepublicaportuguesa.aspx>>. Acesso em: 4 jan. 2019.

<http://www.trt7.jus.br/files/mapa_jurisdicional.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2018. Também o exemplo do Município de Nova Bandeirantes-MT, que dista cerca de 200km até a Vara do

Trabalho de Alta Floresta-MT, segundo o aplicativo *Google Maps*, a cuja jurisdição está submetido. Disponível em: <<https://portal.trt23.jus.br/portal/varas-do-trabalho>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

<<http://www.tst.jus.br/documents/26682/0/Relat%C3%B3rio+Anal%C3%ADtico+e+Indicadores+Reduzido.pdf/04476e8c-2f5b-9d81-e6c9-de581099b8e2>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

<<http://www.tst.jus.br/documents/26682/0/Relat%C3%B3rio+Anal%C3%ADtico+e+Indicadores+Reduzido.pdf/04476e8c-2f5b-9d81-e6c9-de581099b8e2>>. Acesso em: 4 dez. 2018.

<<http://www.tst.jus.br/documents/26682/0/Relat%C3%B3rio+Demonstrativo+por+Instancia+Reduzido.pdf/eae9d567-3e07-9387-68a0-9ae8f95d9114>>. Acesso em: 5 dez. 2018.

<<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4202793&ts=1543036090280&disposition=inline>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

<<https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1978-31229>>. Acesso em: 17 out. 2018.

<<https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2000-323>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

<<https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80208000.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

<<https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80208000.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

<https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf>. Acesso em: 5 set. 2018.

<<https://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/Anteprojeto.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

<https://www.trtsp.jus.br/images/Transparencia/Estatistica/publicacoes-e-pesquisas/20180111_pesquisa_satisfacao_relatorio_final.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2018.